

Tempo dos Filipes no Brasil colonial: enfoques historiográficos, possibilidades de investigação¹

The Colonial Brazil during the Phillipine age: historiographical approaches, research possibilities

Ronaldo Vainfas

Universidade Federal Fluminense
rvainfas@terra.com.br

Resumo: Este artigo apresenta um balanço historiográfico dos estudos brasileiros sobre a colonização do Brasil no período filipino (1580-1640) e examina a bibliografia histórica brasileira desde a obra de Varnhagen, no século XIX, até as pesquisas universitárias recentes, incluindo a abordagem do período em obras clássicas sobre a nossa história colonial. As questões levantadas pela historiografia também são analisadas no que diz respeito a novas possibilidades de investigação baseadas em fontes arquivísticas pouco exploradas. O artigo defende, enfim, que o período filipino foi um ponto de inflexão na História do Brasil Colonial em vários assuntos. Destaca, a propósito, o aumento do controle administrativo, a expansão das fronteiras para o norte e para o sul, o fortalecimento do catolicismo, o crescimento do tráfico africano de escravos e, por fim, a imposição mais rigorosa do monopólio comercial, principal engrenagem do *Antigo Sistema Colonial*.

Palavras-chave: Período filipino; Historiografia brasileira; União Ibérica; Brasil colonial; Monarquia hispânica.

Abstract: The article presents a historiographical analysis of Brazilian studies on the Brazil's colonization during the Philippine age (1580-1640). Examines the Brazilian historical bibliography since the work of Varnhagen, in the nineteenth century, until the recent university research, including the approaches of this period in the classic works on the our Colonial History. The issues raised by historiography are also analysed in regard on new possibilities of research based on archivist sources little explored. The article sustains, at last, that the Philippine period was a turning point in the Colonial Brazil's History in several matters. It highlights, on this way, the increase of the administrative control; the frontiers expansion to the north and to the south; the strengthening of Catholicism and, finally, the stricter enforcement of commercial monopoly, the main gear of the *Ancient Colonial System*.

Keywords: Philippine age; Brazilian historiography; Iberian Union; Colonial Brazil; Hispanic monarchy.

Artigo recebido para publicação em: Outubro de 2016

Artigo aprovado para publicação em: Dezembro de 2016

¹ O presente artigo está baseado em texto apresentado ao seminário "Jornadas Filipinas", realizado na USP, Cátedra Jaime Cortesão, em junho de 2013. Grato ao CNPq e à FAPERJ pelo financiamento de minhas pesquisas.

“Santo Antônio é bom santo, que livra o pai dos arganos, que também nos há de livrar, do poder dos castelhanos.”

(Literatura popular portuguesa, século XVII)

Apresentando-se ao visitador do Santo Ofício na Bahia, em 1592, o castelhano Miguel de Roxas Moralles informou que um tal Antônio Castanheira, português, cristão velho, disse com zombaria que “os castelhanos não eram gente”, agregando que “antes mouro que castelhano”. O depoente advertiu “que olhasse como falava!”, ao que Castanheira respondeu: “o campo dos castelhanos estava de uma banda e o dos cristãos estava de outra [...]”.² Segundo Castanheira, pelo visto, os verdadeiros cristãos eram os portugueses. Briga de taverna, com ambos meio embriagados, mas elucidativa de que a anexação da Coroa portuguesa pela castelhana não era de somenos importância para a gente comum, nem mesmo em terras brasílicas.

Tradições historiográficas brasileiras: fundações

Embora diminuto, não raro superficial, o interesse pelo estudo do Brasil filipino não esteve de todo ausente em nossa historiografia, a considerar, o marco inaugural da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. O principal historiador brasileiro do século XIX, Francisco Adolpho de Varnhagen considerou o “tempo dos Filipes” como um período crucial de nossa história entre finais do século XVI e meados do XVII. Em sua *História Geral do Brasil*,³ dedicou ao período filipino dois capítulos ou seções do primeiro tomo, oito do segundo e quatro do terceiro, embora, nestes últimos, a cronologia corresponda aos anos da ocupação do Nordeste pelos holandeses (1630-1654).

No entanto, como é típico da obra varnhageana, a história do Brasil é contada a partir da ação dos governadores, com ênfase nos episódios militares, nas expedições em busca de minas de ouro ou prata, na guerra contra nativos hostis, no combate aos europeus que disputavam o litoral com os portugueses – em especial os franceses, desde o século XVI, e os holandeses, no século XVII. Considerava-os como estrangeiros, porque tinha para si que o Brasil era português.

Em todo caso, se Varnhagen considerava que o Brasil era português, não haveria de admitir que se tornasse castelhano, tampouco que o próprio reino lusitano sucumbisse, como sucumbiu, ao expansionismo filipino. Entendia que a União Ibérica fora, antes de tudo, uma imposição de Felipe II, primeiramente pela invasão comandada pelo duque de Alba, logo reforçada pelo “apoio de uma nobreza egoísta e pouco patriótica”.⁴ Quanto ao Brasil colonial, insistiu em que este “continuava uma colônia de Portugal”, fiando-se nas technicalidades do

² Inquisição de Lisboa. Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 46.

³ VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *História Geral do Brasil*. 10. ed. integral. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. Primeira edição entre 1854 e 1857.

⁴ *Id.*, v. 1, tomo 1, p. 366.

Acordo de Tomar (1581), no qual o rei espanhol foi aclamado pelas cortes portuguesas com o título de Filipe I, respeitando-se a autonomia formal do reino.

O fato é que, apesar de oferecer excelentes pistas sobre a ação colonizadora da monarquia hispânica no Brasil, Varnhagen lastima a União Ibérica, sublinhando que a nova dinastia pouco fez para defender a costa brasileira, ao priorizar a fortificação da porção hispano-americana mais antiga, de onde vinha a prata do México e do Peru. Lastima também que, ao sujeitar-se ao domínio filipino, Portugal herdou os diversos inimigos de Castela, entre os quais os Países Baixos liderados pela Holanda, potência marítima em ascensão. É a este imbróglio que Varnhagen atribuiu o sucesso da conquista flamenga, por ele definida como "invasões holandesas". Nada poderia ser pior para Varnhagen: sujeição da metrópole lusa aos castelhanos e dominação holandesa do Nordeste brasileiro. Como se já existisse, no século XVII, o Brasil de seu tempo, o imperial.

Mas não resta dúvida de que Varnhagen se empolgou com este assunto, a ponto de aprofundá-lo, anos depois, em livro exclusivo.⁵ Na *História Geral*, descreveu e celebrou, em vários capítulos, a luta contra os holandeses, irrompida em 1645, vitoriosa em 1654. Do mesmo modo, destacou "o grande acontecimento da restauração de Portugal" (1640), sugerindo um nexos entre a ascensão da casa de Bragança, no reino, e a expulsão dos holandeses de Pernambuco.⁶ Um nexos discutível, vale dizer, em diversos aspectos. No conjunto, a União Ibérica foi um acidente, segundo Varnhagen, que repercutiu negativamente no Brasil, mas foi corrigido entre 1640 e 1654.

Capistrano de Abreu, por sua vez, em seus *Capítulos*, afastou-se, em parte, da interpretação lusófila de Varnhagen. Especialmente porque afirmou, sem rodeios, "que as primeiras consequências deste estado de coisas foram favoráveis (para o Brasil)",⁷ estimulando a expansão territorial para a região amazônica, ao norte, e a para a bacia platina, ao sul. Continuava a pensar em um "Brasil antes do Brasil", mas questionou a anexação de Portugal pelos Filipes como prejudicial ao avanço da colonização, como se constata em um capítulo intitulado "Franceses e espanhóis". No capítulo seguinte, porém, não resiste à tentação de seguir Varnhagen, sublinhando a vulnerabilidade das defesas brasileiras diante dos inimigos de Castela, uma espécie de herança maldita que resultaria na conquista holandesa de várias capitanias do Nordeste.

Não surpreende, assim, que Capistrano tenha concluído o capítulo "Guerras Flamengas" celebrando a expulsão dos holandeses em 1654: "vencedores dos flamengos, que tinham vencido os espanhóis, algum tempo senhores de Portugal, os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo, e um povo de heróis".⁸ E ainda reiterou o juízo de Varnhagen sobre a *união das três raças* (brancos, negros e indígenas) que o visconde de Porto Seguro viu ocorrer

⁵ *Id. História das lutas contra os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Lisboa: Typographia de Castro Gusmão, 1872.

⁶ VARNHAGEN. *História geral do Brasil*. Op. cit., v. 2, tomo 3, p. 320.

⁷ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 54. Primeira edição em 1907.

⁸ *Id.*, p. 96.

na Insurreição Pernambucana. Capistrano afirma: “operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda entre os diversos elementos étnicos”.⁹

As opiniões de Varnhagen e Capistrano – em parte divergentes, em parte convergentes – criaram uma tradição na abordagem do período filipino pelos historiadores brasileiros do século XIX. Raras vezes, aliás, o período foi designado como *União Ibérica*, senão como “domínio espanhol” ou “dominação filipina”, externando um patriotismo português misturado a um patriotismo brasileiro. Esta tradição pode ser vista desde a *História do Brasil*, de João Ribeiro¹⁰ até, quando menos, a *Formação Histórica do Brasil*,¹¹ de Pandiá Calógeras – dois compêndios tradicionais de nossa historiografia.

Apesar de tudo, consegue-se localizar, aqui e ali, alguns filões de pesquisa então promissores. João Ribeiro, por exemplo, inovou ao atribuir o avanço holandês no Brasil à tentativa de quebrar o monopólio comercial ibérico (luso-espanhol, desde 1580) e não a uma revanche contra os massacres perpetrados por Filipe II nos Países Baixos. Além disso, realçou aspecto pouco estudado na época: a mudança na política de povoamento do Brasil que, se no tempo dos Avis, autorizava o domicílio de estrangeiros, a partir dos Filipes passou a proibir-lhes o acesso, por meio de legislação promulgada em 1600 e reiterada em 1627.¹²

O mesmo vale para Pedro Calmon, autor de uma *História do Brasil*, em cinco volumes, cujo primeiro volume, *As origens*, incluiu capítulo intitulado “Quando prevaleceu a Espanha”. Neste caso, o autor ofereceu excelente filão de pesquisa, informando sobre as tratativas entre Catarina de Médicis, regente da França, e d. Antônio, Prior do Crato, que ousou desafiar a aclamação de Felipe II em Portugal: um acordo em que a França exigia, caso d. Antônio viesse a derrotar o rei espanhol com o apoio francês, nada menos do que a entrega do Brasil para a casa de Valois.¹³

Seja como for, a historiografia brasileira consagrou, desde Varnhagen, uma tradição que oscilou entre reconhecer as vantagens da união das coroas para o alargamento do “território brasileiro” e criticar a negligência espanhola na defesa do Nordeste. Não se trata de uma interpretação equivocada, senão de uma simplificação, além de inspirada em juízos de valor nacionalistas. Invariavelmente, as sínteses ou compêndios de nossa historiografia, relacionam diretamente a “dominação filipina” com a conquista holandesa do Nordeste brasileiro, quando não a tratam como prelúdio da conquista flamenga, pouco mais que isso.

Se o período filipino foi tratado *en passant*, por assim dizer, pelos autores de nossa historiografia tradicional, o que se poderia esperar dos grandes ensaístas das décadas de 1930 e 1940? Referimo-nos a Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., autores

⁹ *Id.*, p.96.

¹⁰ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 16. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957. p. 125-38.

¹¹ CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 17-18.

¹² RIBEIRO, João. *Op. cit.*, p. 143.

¹³ CALMON, Pedro. *História do Brasil*. As origens (1500-1600). 2. ed. revista. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 1, p. 404-417.

que, segundo Antônio Cândido, exprimiram o “sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 [...]”¹⁴

Ora, a “radicalidade intelectual” desses autores na interpretação de nossa história reside exatamente no abandono completo dos cânones historiográficos tradicionais. Gilberto Freyre, em *Casa-Grande e Senzala*,¹⁵ preocupava-se com a formação histórico-antropológica do Brasil. Sérgio Buarque, em *Raízes do Brasil*,¹⁶ dedicou-se a explicar a nossa formação histórica em perspectiva sociológica e ética. Caio Prado Jr., enfim, no seu *Formação do Brasil Contemporâneo*,¹⁷ pensou o passado colonial brasileiro a partir de um modelo de inspiração marxista: o “sentido mercantil da colonização”. De tais autores, não se poderia esperar grande contribuição para o estudo do “tempo dos Filipes” na história do Brasil colonial, empenhados todos em propor interpretações apartadas de cronologias detalhadas. A contribuição que deram ao tempo dos Filipes foi modesta. Mas vale comentá-las.

Hispanidade de Portugal

Gilberto Freyre não comentou a união das coroas ibéricas, mas comparou, em algumas passagens, as semelhanças e diferenças entre portugueses e espanhóis como colonizadores. Comparou-os, por exemplo, quanto à maior ou menor disposição de se misturar com outros povos – africanos e indígenas. Mostrou-se inclinado, neste ponto, a admitir que os portugueses eram menos apegados do que os espanhóis quanto à “consciência de raça”, embora os últimos, segundo Freyre, também se revelassem frouxos.¹⁸ Acentuou as semelhanças entre as ações de espanhóis e portugueses na América, matizando, porém, que os lusos não ostentaram “a fama guerreira nem a ortodoxia dramática do conquistador do México e do Peru.”¹⁹ Valorizou, enfim, o “ódio ao espanhol” como um traço da formação identitária portuguesa, pois o reino lusitano se formara à custa de Castela, no século XII. Nem por isso negou a força da hispanidade como cultura materna dos portugueses (sendo a paterna, a muçulmana).

Esta última é a melhor reflexão presente em *Casa-Grande e Senzala* sobre a hispanidade portuguesa, não obstante a “antipatia histórica” entre Castela e Portugal desde a baixa Idade Média. Freyre enfatiza a hispanidade lusa para descartar o conceito de América Latina em favor do conceito de América Hispânica. “Hispânica e não latina. Católica, tingida de misticismo e da cultura maometana, e não resultado da Revolução Francesa ou da Renascença

¹⁴ Antônio Cândido assim escreveu, em 1967, no prefácio à quinta edição de *Raízes do Brasil*, publicada em 1968, considerada por Sérgio Buarque como a edição definitiva. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p. XIX.

¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. Primeira edição em 1933.

¹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. Primeira edição em 1936.

¹⁷ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977. Primeira edição em 1942.

¹⁸ FREYRE. *Op. cit.*, p. 57-58. Freyre só fez tais considerações a partir da quarta edição da obra, em 1943. Ver nota 17 do capítulo 1.

¹⁹ *Id.*, p. 189.

italiana”.²⁰ Eis o Gilberto Freyre, historiador e antropólogo, autor de interpretações seminais. Sublinhou o iberismo agregativo das culturas portuguesa e espanhola, minorando as diferenças, rascunhando a noção de uma *cultura ibérica*. Mas a União Ibérica, *stricto sensu*, repitamo-lo, Freyre sequer tangenciou.

Colonizações ibéricas em contraste

De Sérgio Buarque, autor de *Raízes*, talvez pudéssemos encontrar algo mais sobre “o tempo dos Filipes”, considerando a comparação efetuada pelo autor entre o estilo português e o estilo castelhano de colonizar. Expectativa vã. Em *Raízes*, Sérgio Buarque de início assimilou Portugal e Espanha enquanto “fronteiras da Europa”, título do primeiro capítulo: territórios-ponte entre a Europa e o além-mar (África, Ásia, América), aproximados pela geografia apontada para o Atlântico e unificados, mentalmente, pelo espírito de aventura derivado da *Reconquista* peninsular.²¹

A comparação volta à cena no capítulo quarto, “O semeador e o ladrilhador”.²² Colonização espanhola: voltada para a conquista do continente, desde o século XVI; apoiada na criação de cidades, segundo o modelo filipino, com sua *plaza mayor* estruturante, ou no aproveitamento das cidades nativas como esteio da dominação; empenhada, enfim, em transplantar a civilização hispânica para a América – universidades, conventos, imprensa, pintura, estrutura administrativa e eclesiástica, ordens religiosas, critérios castelhanos de estratificação social. Colonização portuguesa: litorânea, agrícola, comercial, quase *feitorial*. Os portugueses empenhados em lucrar ao máximo e voltar para Portugal – nostálgicos do reino – em vez de *portugalizar* o Brasil. Bela reflexão, embora questionada pela pesquisa recente, sobretudo quanto à negligência da Coroa portuguesa no ordenamento da colonização, antes e depois dos Filipes.

Mas a questão que nos interessa aqui é: qual o peso da governação filipina no Brasil durante 60 anos, entre o século XVI e o XVII? *Raízes do Brasil* silencia sobre o assunto.

Dominação espanhola como marco cronológico

De *Formação do Brasil Contemporâneo* também não se deveria esperar atenção maior ao período filipino, sendo obra que, como as duas anteriores, é ensaio de interpretação geral.

Mas, a bem da verdade, Caio Prado é o único, dentre os três clássicos, que considera o período como baliza cronológica relevante. Antes de tudo por realçar, em capítulo dedicado à administração colonial, que as *Ordenações Filipinas* (1603) formaram “a base da legislação portuguesa” aplicada no Brasil durante o período colonial e no período posterior. Não fornece

²⁰ *Id.*, p. 241-242.

²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. *Op. cit.*, p. 3-12.

²² O capítulo 4 só apareceu, com mais detalhes e título próprio, a partir da segunda edição de *Raízes*, em 1948. Na edição de 1936, o assunto estava incluído no capítulo que veio a ser intitulado de “Herança rural” na edição definitiva.

nenhuma evidência desta continuidade institucional, mas faz importante distinção entre a legislação ibérica da época e “a precisão de nossos códigos modernos”, que não revogaram a legislação anterior, incluindo, além das Ordenações Filipinas, várias cartas de lei, alvarás, provisões régias e outros instrumentos normativos da chamada *legislação extravagante*.²³ Caio Prado quase formulou uma teoria geral sobre a especificidade da legislação nas monarquias ibéricas de Antigo Regime.

Do mesmo modo, ao descrever as correntes de povoamento do Brasil, Prado Jr. não só sublinhou, como João Ribeiro, a maior rigidez dos governos filipinos quanto à admissibilidade de estrangeiros no Brasil, como esboçou uma explicação. Afirma que a Espanha, “metida em cheio na política europeia”, não poderia seguir a linha *flexível* adotada até então pelos portugueses. Uma explicação baseada em textos normativos e na correspondência oficial, incluindo cartas trocadas pelo Conselho Geral do Santo Ofício português e os governadores-gerais do Brasil no início do século XVII. Além disso, ao tratar das correntes de povoamento, indica que, após 1580, os espanhóis se tornaram numerosos no fluxo migratório europeu, em especial para o sul.²⁴ “Os troncos paulistas o indicam” – afirma Caio Prado; e o pequeno ensaio de revolta contra a restauração portuguesa, em São Paulo, “embora insignificante e sem consequências, é um sintoma da influência exercida ali por um espírito não português”.²⁵

Enfim, Caio Prado rascunhou um balanço da dominação filipina em Portugal, a propósito da Restauração de 1640. Mas aqui não fez mais do que seguir a bibliografia convencional, incluindo o ressentimento lusitano frente aos castelhanos. Sublinhou que a situação do reino luso era “deplorável”, arrastada pela “insensata política dos Habsburgos”, sempre preocupada com a Europa e com “as intrigas e guerras continentais”, em “desprezo completo pelo império colonial”.²⁶ Uma avaliação inexata, pois a Espanha defendeu como pôde a porção do império colonial produtora de metais preciosos, além das diversas tentativas de reconquistar, ao menos até 1639, as capitanias açucareiras dominadas pelo holandês. Em todo caso, Caio Prado realçou um ponto indiscutível: as finanças portuguesas estavam mesmo devastadas quando os Braganças romperam com os Filipes.

Em resumo, apesar do risco inerente a quaisquer generalizações históricas, diria que os historiadores brasileiros, durante uns 150 anos, talvez mais, pouco atentaram para a especificidade do período filipino na história do Brasil colonial. Quando não silenciaram sobre o assunto, tenderam a inseri-lo em três interpretações resilientes: a) uma visão lusófila ao extremo, que lastima a sujeição de Portugal à Espanha, bem como a sua repercussão no Brasil; b) uma visão relativizadora do “pacto colonial” luso-brasileiro, que, ao contrário da anterior, relaciona a sujeição de Portugal à Espanha (negativa para o reino) com a expansão

²³ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 300.

²⁴ *Id.*, p. 86. No entanto, Caio Prado inclui este fluxo populacional em uma primeira grande fase de imigração que considera escassa, estendendo-a até o final das guerras holandesas, em contraste com a segunda fase, pós-1654, “quando o afluxo migratório de Portugal aumenta consideravelmente”.

²⁵ Sobre a revolta de São Paulo e aclamação de Amador Bueno como rei, ver: MONTEIRO, Rodrigo Bentes Monteiro. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América*. São Paulo: Hucitec, 2002.

²⁶ PRADO Jr. *Op. cit.*, p. 87.

comercial e territorial para o norte e para o sul (positiva para o futuro Brasil); c) uma visão que articula o período de governação filipina no Brasil às conquistas holandesas no Nordeste açucareiro.

A esquematização acima também valeria, a meu ver, para ensaios de grande repercussão publicados nas décadas de 1950 e 1960; citamos apenas dois: *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado,²⁷ e *Formação Histórica do Brasil*, manual de Nelson Werneck Sodré.²⁸ No primeiro, a governação dos Filipes é apenas um detalhe nos comentários sobre os interesses econômicos holandeses no Nordeste brasileiro; no segundo, nem isto.

Tradições historiográficas brasileiras: matizes

Vale a pena, porém, buscar exceções que matizam o esquema acima colocado, agregando informações, redefinindo ou renovando as interpretações.

Mudanças administrativas sob os Filipes

É na história administrativa tradicional, a começar pela obra de Max Fleiuss,²⁹ que encontramos o reconhecimento da especificidade do período filipino, não obstante a insistência na discussão sobre se a dominação filipina foi positiva ou negativa para o Brasil.

Mas vale registrar o tratamento especial dispensado ao período filipino na *História administrativa do Brasil*, publicação do Departamento de Documentação do DASP,³⁰ dirigida por Vicente Tapajós, a partir da década de 1950. Basta dizer que, dentre os 40 volumes da coleção, um deles foi exclusivamente dedicado à *União Ibérica* – título do terceiro volume.³¹

Seu autor, João Libânio Guedes, professor do Colégio Pedro II (como a maioria dos colaboradores do projeto), logo de início aponta o menosprezo com que era visto o tema, “sobretudo pelos que se inspiram em obras portuguesas eivadas de exagerado nacionalismo”. Opinião lúcida, especialmente na década de 1950, tempo em que os historiadores portugueses só faziam lastimar a *tiranía* dos Filipes na história do país. É certo que a obra não escapa de certas tópicas tradicionais, realçando a “expansão territorial da colônia portuguesa” na era dos Filipes, não obstante a “ocupação de extensas áreas por holandeses e franceses”. Mas o balanço é positivo: “a União Ibérica, para os colonos, foi, na verdade, um desafogo, pois

²⁷ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. Primeira edição em 1959.

²⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976. Primeira edição em 1962.

²⁹ FLEIUSS, Max. *História administrativa do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

³⁰ Departamento Administrativo do Serviço Público criado no governo de Getúlio Vargas, em 1938, durante o Estado Novo.

³¹ A coleção começou a ser publicada em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, e prosseguiu nos anos 1960. Uma análise da coleção encontra-se em RIBEIRO, Fernando Aguiar. O passado colonial visto pelo DASP: a História Administrativa do Brasil. ANPUH. *Anais do XXV Simpósio nacional de História*. Fortaleza, 2009.

Disponível em: anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0008.pdf.

ampliou as possibilidades de comércio”.³² Esta última é questão muito relevante, ao associar a superação dos limites de Tordesilhas não apenas à expansão territorial, mas também à integração dos negócios e das redes mercantis hispano-americanas e luso-brasileiras. Nisto divulga a tese clássica de Alice Canabrava, escrita nos anos 1940, dedicada ao comércio português na região platina no período filipino.³³ O livro de Canabrava talvez seja pioneiro neste tópico.

Outra ideia do livro reside na ênfase à *decentralização* operada na governação do Brasil pelos Filipes, cujo objetivo, segundo o autor, era o de “favorecer o seu desenvolvimento econômico e garantir maior flexibilidade de ação dos administradores”, como comprovaria a divisão entre os Estados do Brasil e do Maranhão. O mesmo vale para o registro de que os Filipes estimularam, mais do que os portugueses, a busca de metais preciosos no interior,³⁴ com destaque para o governo de d. Francisco de Souza, “que trazia por mercê o título de Marquês das Minas, se as descobrisse”.³⁵

Embora se trate de livro com estrutura convencional, sendo a obra dos Filipes exposta conforme os reinados, o volume e a riqueza de informações são notáveis. No momento atual da pesquisa histórica sobre o Brasil colonial, cada vez mais valorizadora das práticas de governança, pensamos que este livro é uma referência importante.

Continuidades institucionais entre os reinos ibéricos

Antes de tudo, citemos *Os donos do poder*, obra magna de Raymundo Faoro.³⁶ Obra concebida em perspectiva weberiana, focada na formação, consolidação e evolução do *estamento burocrático* brasileiro, com destaque para suas matrizes lusitanas ou ibéricas. Livro de um grande jurista-historiador sobre a história do Brasil. Isto posto, quais interpretações ou pistas encontramos, em Faoro, sobre o período filipino? Em termos estritos, encontramos pouco, pois se trata de tese geral, voltada para uma reflexão sobre o transplante de um modelo ibérico de governação para o Brasil. Mas há passagens dignas de registro.

Faoro sugere continuidades notáveis na governação do ultramar português entre o período *avisino* e o *filipino*. Exemplo disso reside nos comentários sobre a *Casa da Índia*, criada em 1503, em pleno reinado manuelino, que se agigantou ao longo do século XVI. Passou a acumular “as funções de alfândega” para: supervisão das feitorias, fornecimento de mercadorias, matrícula de navios, pagamento de soldos em dinheiro, especiarias, licenças para o comércio, inclusive para o tráfico de escravos; mescla exemplar entre o público e o privado na administração dos negócios ultramarinos. Pois esta *Casa da Índia* manuelina foi a matriz de

³² GUEDES, João Alfredo Libânio. União ibérica. In: Vicente Tapajós (dir.). *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956, v. 3, p. 47.

³³ CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984. Originalmente, foi tese de doutorado defendida na USP, em 1942.

³⁴ GUEDES, João Alfredo Libânio. *Op. cit.*, p. 69.

³⁵ *Id.*, p. 59.

³⁶ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. 2. ed. revista. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1975. Primeira edição em 1959.

duas instituições filipinas geradas na União Ibérica: o *Conselho da Fazenda*, criado em 1591, no reinado de Filipe II da Espanha (Filipe I em Portugal) e o *Conselho da Índia*, criado no reinado de Filipe III (Filipe II em Portugal). Faoro afirma que tais órgãos, gestados no período filipino, deram origem a nada menos do que o *Conselho Ultramarino*³⁷ da monarquia restaurada (1643), acrescentando que “d. João IV, ao assumir o trono restaurado, manteve as leis editadas durante a União (ibérica)”.³⁸

Tal reflexão é detalhe minúsculo, no conjunto da obra, mas abre valiosas frentes de pesquisa: continuidades entre a governação colonial *avisina* e a *filipina*, bem como entre a governação *filipina* e a *brigantina*. Uma reflexão coerente, aliás, com a tese central do autor, segundo a qual o Brasil foi colonizado por uma *monarquia patrimonial*, formadora de um “capitalismo de Estado”, conciliatória entre os interesses da nobreza tradicional e da burguesia comercial. Um modelo herdado da Espanha, em especial do reino de Leão, absorvido pelo reino de Castela no tempo da *Reconquista* – modelo leonês, castelhano, português; modelo *ibérico*.

União das monarquias e preponderância ibérica

Interpretação totalmente diferente encontra-se no principal livro de Fernando Novaes.³⁹ Obra-mestra, cujo segundo capítulo, “Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial”, saiu cinco anos antes, nos *Cadernos* CEBRAP. Tornou-se, desde então, texto de referência para a pesquisa e o ensino da História do Brasil Colonial. Mas não é este o texto que nos interessa discutir aqui, senão o primeiro capítulo da tese, “Política de neutralidade”, voltado para a análise da situação portuguesa na dinâmica das relações internacionais entre meados do século XVII e finais do XVIII, tempo de ascensão da França e da Inglaterra como principais potências europeias.

O foco do texto é Portugal, mas sem qualquer nacionalismo lusófilo. No texto de Novais, Portugal é apenas uma peça no cenário europeu em tempo de absolutismo monárquico e de capitalismo comercial. Um reino que, na vanguarda da expansão marítima, no século XV, tornou-se coadjuvante da Espanha, no século XVI, até ser tragado por Castela. Nesta perspectiva, Portugal é parte de um todo geográfico, a Península Ibérica, em um tempo em que esta construiu a sua hegemonia no cenário europeu. Não por acaso, o autor qualifica esta hegemonia como *espanhola*, inaugurada pela paz de Cateau-Cambrésis entre os Habsburgos e a dinastia francesa dos Valois (1559), consolidada pela “União peninsular”, em 1580. Quanto à segunda metade do século XVII, Novais a caracteriza como o período da “desintegração do império espanhol”, a começar pelos separatismos na própria península somados às perdas territoriais no além-mar. Neste modelo, o sucesso do separatismo português, com todas as

³⁷ Sobre o Conselho Ultramarino em pesquisa recente ver: BARROS, Edval de Souza. *Negócios de Tanta Importância*. O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Lisboa: CHAM/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, 2008.

³⁸ FAORO. *Op. cit.*, p. 180-81.

³⁹ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

suas conseqüências no ultramar, foi o exemplo maior do declínio espanhol no meado do Seiscentos.⁴⁰

Período filipino em conexão com conquista holandesa

O período filipino na historiografia brasileira recebeu tratamento mais específico entre os historiadores pernambucanos dedicados à dominação holandesa, assunto tradicional na bibliografia brasileira. Não foi tanto o caso de José Antônio Gonsalves de Mello, autor de *Tempo dos flamengos*, em 1947,⁴¹ senão de Evaldo Cabral de Mello, em diversos livros. Mas deve-se reconhecer que o objeto desses autores clássicos sempre foi a dominação holandesa e a guerra de restauração pernambucana. A monarquia filipina, quando muito, apareceu como pano de fundo, a propósito da derrota de Matias de Albuquerque na defesa de Pernambuco, ou das tentativas desastradas de Madri em reconquistar as capitanias açucareiras sob domínio neerlandês, a exemplo da Armada do Conde da Torre, enviada em 1639.

Evaldo Cabral de Mello analisa as razões da derrota pernambucana, entre 1630 e 1635, como em *Olinda Restaurada*, cogitando da hipótese de que parte da derrota pernambucana se deveu à negligência hispânica na defesa do Brasil, mas agrega outras opiniões coevas: culpabilização dos cristãos-novos ou dos mestiços, cujo exemplo-mor foi Domingos Fernandes Calabar, homem de confiança de Matias de Albuquerque, que se passou, em 1632, para o lado holandês.

Evaldo Cabral de Mello interpretou as *guerras pernambucanas* como parte dos conflitos europeus ente católicos (espanhóis) e protestantes (neerlandeses), mas enfatizou que elas foram, sobretudo, “guerras do açúcar”. Os neerlandeses almejavam conquistar a região brasileira que produzia açúcar, como já dizia Celso Furtado, mas não *ab origine*, senão quando expirou a *Trégua dos doze anos*, em 1621, entre a Espanha e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos, república que, por sinal, a Espanha Habsburgo não reconhecia, diplomaticamente, embora com ela firmasse tratados.⁴²

A historiografia pernambucana, inspirada nas obras de José Antônio Gonsalves de Mello e Evaldo Cabral de Mello, tem dado enorme contribuição para o estudo da dominação holandesa e, sobretudo, da Insurreição Pernambucana, em conexão com os imbrólios diplomáticos do Portugal restaurado. A dominação filipina em Portugal e no Brasil, porém, não merece grande atenção. A Espanha que importa, nesta linha historiográfica, é aquela que deixou o Brasil à deriva, na década de 1630, e a que, na década seguinte, combateu os “vassalos rebeldes”.

⁴⁰ *Id.* p. 1-18

⁴¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. 3. ed. aumentada. Recife: Massangana, 1987.

⁴² MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Guerra e açúcar no nordeste. 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p.14.

Período filipino como momento de inflexão

Antônia de Almeida Wright e Astrogildo Rodrigues de Mello, autores de *O Brasil no período dos Filipes*, sustentam nada menos do que a seguinte tese: "Passados os sessenta anos que marcaram o período dos Filipes no Brasil, transformou-se inteiramente a paisagem da colonização, como também transformou-se o elemento humano da Colônia".⁴³

O texto, conforme indicado em nota, encontra-se no primeiro tomo da *História Geral da Civilização Brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda. Texto valioso que, infelizmente, foi pouquíssimo aproveitado pelos historiadores brasileiros dedicados ao século XVII.

Os autores resumem o que chamam de *União Peninsular* realçando os acordos entre Filipe II e a nobreza portuguesa, confirmados no *Juramento de Tomar* (1581), afastando-se por completo da interpretação vitimizadora de Portugal neste enlace. Explicam o elevado interesse de Castela na anexação do reino luso, então fragilizado militarmente, pela opção filipina de consolidar seu império colonial no Atlântico. Objetivo central: aumentar as rendas provenientes do fisco sobre o comércio marítimo para financiar a defesa do território colonial e sustentar as guerras europeias, em especial aquela contra os Países Baixos. Tudo isto reforçado pelo rigorismo católico da monarquia Habsburgo, o que resultou em apoio explícito, ainda que não unânime, dos jesuítas portugueses aos Filipes.

Wright e Mello abrem valioso campo de pesquisa quando mencionam a Primeira Visitação do Santo Ofício ao Nordeste, entre 1591 e 1595. Relacionam esta iniciativa não apenas ao objetivo de integrar o Nordeste luso-brasileiro à unidade da fé católica, bandeira da monarquia filipina, mas a uma tentativa de estender o controle régio às partes do Sul, ideia paradoxal, à primeira vista, uma vez que a visitação concentrou-se nas capitanias nordestinas. Mas é ideia consistente. Primeiramente porque, ao enviar o visitador Heitor Furtado de Mendonça, o inquisidor-geral, cardeal-arquiduque Alberto de Áustria, sobrinho de Filipe II, considerou a hipótese de que também as capitanias do Sul fossem visitadas.⁴⁴ Além disso, o visitador pareceu atento às conexões entre Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, cujos comerciantes, sobretudo cristãos-novos, iniciavam negócios com Buenos Aires por rotas clandestinas.

Há pelo menos um processo inquisitorial totalmente comprobatório dessa intenção filipina.⁴⁵ O caso derivou da ordem expedida por Heitor Furtado, em 1595, quando visitava Pernambuco, para prender o mercador cristão-novo, Diogo Lopes, estante no Rio de Janeiro, recém-chegado da Bahia. Português de nascimento, embora criado em Cádiz, Diogo mudou-se

⁴³ WRIGHT, Antônia P. de Almeida; MELLO, Astrogildo R. de. O Brasil no período dos Filipes. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Difel, tomo I, livro III, capítulo II, p. 187.

⁴⁴ Há notícia de uma visitação enviada ao Rio de Janeiro, no período filipino (1627), embora a maioria dos livros de registro tenham se perdido na viagem, pois o navio que os levava foi afundado pelos holandeses. Ver: SALVADOR, José Gonçalves. *Cristãos-novos, jesuítas e Inquisição*. São Paulo: Pioneira, 1969. p. 85. Lina Gorenstei encontrou evidências desta visitação examinando os Cadernos do Promotor, em particular o caso da cristã-nova Isabel Mendes. FEITLER, Bruno et al. (Orgs.). *Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p. 25-32.

⁴⁵ Instituto Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IANTT). Inquisição de Lisboa, processo número 12.364.

para o Brasil com cerca de 30 anos, em 1583, fixando residência na Bahia, embora também tivesse morada no Recife. Tinha parentes envolvidos em operações comerciais no Brasil e no norte da África e, portanto, integrava uma das redes sefarditas que prosperavam no comércio internacional da época. Viveu cinco anos na Bahia, negociando escravos e açúcar, até se mudar para o Rio de Janeiro, por volta de 1592, levando tudo o que tinha. É claro que ele deixou a Bahia para fugir da recém-chegada visita inquisitorial, como fizeram muitos cristãos-novos mas, segundo vários denunciadores, seu plano era seguir para o Rio da Prata a negócios, em busca da prata de Potosí.

Heitor Furtado ordenou a prisão de Diogo às autoridades seculares da capitania fluminense ou, na falta delas, ao vigário da vara eclesiástica, por culpas de judaísmo. Que fosse preso com sequestro de bens, exceto o que fosse necessário para o sustento do réu no Recife e na viagem para Lisboa. Diogo foi enviado a Lisboa e permaneceu 12 anos no cárcere inquisitorial respondendo por culpas de judaísmo. Saiu no Auto de Fé de 1606, com vela na mão, e abjurou de forma veemente a suspeita na fé. O processo de Diogo Lopes é riquíssimo, não só para reconstruir a carreira mercantil de vários cristãos-novos portugueses de *grosso trato* durante a União Ibérica, como para o estudo da utilização da Inquisição portuguesa (que manteve sua autonomia institucional sob os Filipes) pela nova dinastia na porção outrora lusitana da América.

Perseguição de um lado; aliança de outro. Whright e Mello também indicam assunto de grande interesse, embora mais conhecido: a concessão de licenças, derivadas no direito de *asiento*, aos mercadores cristãos-novos para negociar escravos na banda originalmente hispânica da América. Era impossível à Coroa, então carente de receitas, prescindir dos cristãos-novos portugueses, operadores do tráfico de africanos no Atlântico desde o século XV. Poder-se-ia acrescentar, nesta altura, que se encontra, nesta permissividade negociada, a origem da fixação de cristãos-novos portugueses, com suas famílias, em cidades como Cartagena, Vera Cruz ou Lima. O mesmo quanto à sinonímia entre *judeu* e *português* popularizada no senso comum daquelas partes do império espanhol.

O artigo oferece, enfim, uma interpretação totalmente relativizadora do alegado desinteresse castelhano na colonização do Brasil, sobretudo em relação ao Nordeste açucareiro. Os autores lembram que data do período filipino a consolidação da presença ibérica no Nordeste, com a conquista da Paraíba, iniciada no período avisino com d. Sebastião, mas consolidada no filipino, em 1584, com a expulsão dos franceses. O mesmo vale para o Norte, pois data de 1615 a vitória de Jerônimo de Albuquerque sobre os franceses de La Ravardière e seus aliados indígenas, em São Luiz do Maranhão, além da penetração no Pará, no ano seguinte. Não por acaso, os Filipes criaram o Estado do Maranhão, separado do Estado do Brasil, em 1621, esboçando política similar à dos vice-reinados hispano-americanos. Em todo caso, reconhecem os autores, como não poderia deixar de ser, a perda do Nordeste açucareiro (salvo a Bahia) para os holandeses, a partir de 1630, comprometeu o esforço de colonização iniciado pela dinastia desde o final do século XVI.

No balanço da política territorial dos Filipes, Wright e Mello destacam o êxito da política colonizadora do Nordeste – *malgré* as derrotas para os holandeses no Nordeste – em contraste com o acanhamento da colonização do Norte – que somente avançou no Portugal restaurado. Também contrastam a presença mais efetiva da Coroa no “impulso penetrador em direção ao Norte e ao Nordeste [...] do que a penetração no Rio da Prata”.⁴⁶ Esta última foi, para os autores, uma ação dos bandeirantes menos *prevista* pelos Filipes:

O movimento em direção ao sul resultaria mais do trato pessoal, do comércio, das oportunidades e das ligações anteriores entre o Prata e o Piratininga, um movimento à revelia e contra os interesses espanhóis. O movimento para o norte seria mais deliberadamente uma política do período dos Filipes, traçada e executada em obediência a planos concretos. Além do povoamento, da penetração, da fundação de cidades e da abertura de caminhos, fatos realizados todos durante o período dos Filipes, cumpre assinalar.⁴⁷

Impossível explicar a quase total omissão deste texto pelos historiadores universitários, sendo ele tão rico e arguto na proposição de questões, hipóteses de pesquisa, argumentos de tese. Paciência! O presente artigo se compraz em citá-lo e comentá-lo.

Panorama acadêmico recente

Não seria exagero dizer que somente nos últimos 15 anos os historiadores brasileiros dedicados à história colonial, no âmbito universitário, perceberam a dimensão do período filipino.

Basta consultar *online* o Banco de Teses e Dissertações da CAPES ou os bancos de teses e dissertações dos programas de pós-graduação em História no país. Elegemos, à guisa de exemplo, quatro programas de pós-graduação com certa tradição nos estudos sobre o período colonial brasileiro ou mesmo sobre a Época Moderna, em especial a ibérica.

Baseados nesse critério, examinamos a produção dos seguintes programas: o programa da USP, porque é o mais antigo do país em nossa área e produziu muitas pesquisas sobre temas coloniais desde os anos 1950; o da UFF, que seguiu os passos da USP desde os anos 1980; o da UFPe, o mais antigo do Nordeste (1974), sediado na região outrora conflagrada pelas *guerras flamengas*; o da UFRGS, como representante da região de fronteira entre as Américas portuguesa e espanhola no extremo-sul, alvo das disputas luso-castelhanas no século XVIII. Escolha subjetiva e um tanto arbitrária do *corpus* documental, reconhecemos. No entanto, pode oferecer informações úteis para o tema em foco.

No caso da USP, é possível dizer que o próprio curso de História surgiu entrelaçado com a história ibérica ou ibero-americana. Basta recordar a presença de Fernand Braudel em 1937,

⁴⁶ WRIGHT, Antônia P. de Almeida; MELLO, Astrogildo R. de. *Op. cit.*, p. 183.

⁴⁷ *Id.*, p. 184.

na Missão Francesa que instruiu a formação da universidade. Braudel era, então, um jovem de 35 anos, mas já se dedicava à história do Mediterrâneo na época de Filipe II. Prisioneiro dos alemães durante a Segunda Guerra Mundial desde a invasão da França, em 1940, publicaria o seu clássico *O Mediterrâneo*, em 1949.⁴⁸ O legado de Braudel foi profundo para a formação do curso de História da USP,⁴⁹ inclusive no assunto que aqui nos interessa: a história da União Ibérica. Seu maior discípulo foi Eduardo d'Oliveira França, catedrático de História Moderna e Contemporânea da USP, em 1951, ao defender tese sobre o Portugal restaurado.⁵⁰ Professor França foi o melhor discípulo de Braudel, mas não o único. Antes dele, embora voltado para a História Antiga e Medieval, Eurípedes Simão de Paula especializou-se em história ibérica.⁵¹

A vocação da USP para os estudos históricos ibero-americanos consolidou-se com Sérgio Buarque de Holanda, ninguém menos. Catedrático de História da Civilização Brasileira na USP, defendeu como tese *Visão do Paraíso*, em 1957, obra clássica em que comparou o discurso edenizador de portugueses e espanhóis na "época dos descobrimentos".⁵² Apoiado em tradição filosófica alemã – um pouco italiana também, quase nada de Febvre e Bloch – *Visão do Paraíso* se tornou obra de referência para os pesquisadores de História Moderna formados pela USP, sobretudo a partir de meados da década de 1980. Na verdade, a perspectiva comparativa ibero-americana já atraía Sérgio Buarque desde *Raízes do Brasil*, livro que, no projeto original, pretendia ser uma "Teoria da América".

A pesquisa histórica desenvolvida na USP tornou-se um *Programa* em 1971, quando, no regime militar, abriu-se o caminho para a formação de cursos de pós-graduação no país, segundo o modelo estadunidense – na época, chamado de norte-americano.⁵³ A pós-graduação da USP tardou a assimilar, na prática, o modelo proposto (ou imposto) nos anos 1970, existente até hoje. Em todo caso, são valiosos o volume e a qualidade da pesquisa histórica realizada na USP sobre o período filipino nos anos 1970 e 1980. Limitamo-nos a citar o livro clássico de Anita Novinsky,⁵⁴ originalmente tese de doutorado orientada por Sérgio Buarque de Holanda. Obra baseada em documentação inquisitorial produzida em 1646, na "Grande Inquirição" realizada na Bahia, dedicada a descobrir os cristãos-novos que haviam colaborado com os holandeses no tempo dos Filipes.

O peso das pesquisas realizadas na pós-graduação da USP sobre o período filipino pode ser avaliado por meio de amostragem das dissertações e teses defendidas no Programa de

⁴⁸ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, 2 v. Primeira edição em 1949.

⁴⁹ NOVAIS, Fernando. Braudel e a missão Francesa. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 8 n. 22, 1994. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000300014>.

⁵⁰ Somente publicada na década de 1990: FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁵¹ Eurípedes Simões de Paula, como Braudel, também lutou na Segunda Guerra, integrando as tropas da FEB enviadas em 1944. A sua tese de cátedra intitulou-se *Marrocos e suas relações com a Ibéria na Antiguidade*. São Paulo: USP, 1946.

⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, 1958.

⁵³ O processo teve início em 1965, com o chamado Parecer Sucupira (número 977); avançou com a Lei 5.692 (1971) e consolidou-se no I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975).

⁵⁴ NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

História Social no século XXI.⁵⁵ Localizamos 32 trabalhos defendidos, entre 2005 e 2016, sobre o período filipino ou sobre temas nele incluídos. Se fôssemos agregar os trabalhos defendidos no Programa de História Econômica, este número poderia quase dobrar. Se recuássemos para os anos 1990, os números totais também seriam maiores.⁵⁶

No caso da UFF, cuja pós-graduação em História foi criada em 1971, apenas no final dos anos 1990 a União Ibérica passou a ser contemplada nas pesquisas. Consultando o banco de dados do programa,⁵⁷ identificamos 27 teses e dissertações que abordam temas relacionados ao Brasil filipino ou atravessam o período na cronologia, neste caso, dedicados a questões de cariz religioso ou cultural.

Mas vale repetir que, nos primeiros 30 anos do Programa da UFF, nenhuma tese ou dissertação problematizou a União Ibérica. Somente a partir de 1998, com o mestrado de Ângelo Faria de Assis sobre o cristão-novo João Nunes,⁵⁸ o assunto foi considerado para explicar a Visitação enviada pelo Santo Ofício ao Brasil no reinado de Filipe II (Filipe I de Portugal).

A partir dessa dissertação, pelo menos 10 trabalhos (cerca de 1/3), dentre os 27 defendidos na UFF desde o ano 2000 sobre o século XVII, perceberam a União Ibérica como um momento de inflexão. Dentre os demais 2/3, apenas quatro mencionaram a União Ibérica *en passant*, sem considerá-la como relevante para os respectivos estudos (pouco mais de 10%). Em todo caso nenhum dos autores incluídos nesta amostragem deixou de mencionar o “tempo dos Filipes”. Trata-se de um avanço, porém modesto, se comparado aos estudos realizados na USP.⁵⁹

No caso da UFPe, o mais antigo do Nordeste, onde o mestrado data de 1974 e o doutorado de 1994, o interesse pelo Brasil filipino sempre foi pequeno, o que não deixa de surpreender.⁶⁰ Dentre 448 dissertações e 128 teses, contabilizamos apenas sete trabalhos, todos de mestrado, cujos temas atravessam o período da União Ibérica, a imensa maioria defendida após o ano 2000. Apenas uma dissertação tratou da administração colonial no

⁵⁵ Biblioteca Digital. USP-Teses e Dissertações. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28042006-222642/pt-br.php>.

⁵⁶ Limitamo-nos a citar dois trabalhos de historiadores consolidados. PUNTONI, Pedro. *A Miserável Sorte: a escravidão africana no Brasil Holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: HUCITEC, 1999 (dissertação defendida em 1992); MEGIANI, Ana Paula. *O Rei Ausente: imagem e memória da monarquia filipina nas jornadas e entradas régias de Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004 (tese defendida em 2000).

⁵⁷ Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/tesesonline.php>.

⁵⁸ ASSIS, Ângelo Faria de. *João Nunes, um rabi escatológico na Nova Lusitânia*. Sociedade colonial e Inquisição no nordeste quinhentista. São Paulo: Alameda, 2011.

⁵⁹ No Rio de Janeiro, haveria que considerar, para melhor avaliação, a produção da UFRJ. Bastaria mencionar o citado livro de Edval de Souza Barros sobre o Conselho Ultramarino (nota 29), cuja tese foi defendida em 2004; e a tese recente de LÔPO, Érica. *Governança em dois tempos: Os vice-reinados do Conde de Óbidos no Estado da Índia e do Brasil (1636-1678)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

⁶⁰ Disponível em:

https://www.ufpe.br/ppghistoria/index.php?option=com_content&view=article&id=299%3Aproducao-cientifica-mestrado&catid=1&Itemid=233.

período filipino⁶¹ e duas, de temas relacionados ao Brasil holandês.⁶² Um caso para se refletir.⁶³

No caso da UFRGS, cujo mestrado data de 1986 e doutorado de 1995, a maioria das 264 dissertações e 104 teses defendidas, entre 1999 e 2013, concentram-se em temas dos séculos XIX e XX. Apenas nove trabalhos são dedicados ao intervalo entre os séculos XVI e XIX, a maioria deles voltada para os séculos XVIII e XIX. Isto não surpreende, ao contrário do caso pernambucano, uma vez que as pesquisas do Programa, quanto a esta temporalidade, voltam-se para o período de formação da Capitania de Rio Grande de São Pedro (1760), fato muito posterior ao período filipino. Duas dissertações recuam para o século XVII, em razão da fundação da Colônia do Sacramento (1680), outras duas, a propósito da missionação na região platina. Além dessas, há duas dedicadas ao estudo das religiosidades na Espanha quinhentista. Apenas uma dissertação, a rigor, se concentra no período, ao tratar dos conflitos entre os guaranis e os jesuítas no final dos anos 1620.⁶⁴

No conjunto dessa avaliação da produção universitária, a USP sobressai, considerada a tradição dos estudos ibéricos nas ex-cátedras de História Moderna e de Civilização Brasileira, estruturadas no meado do século XX; na existência, ainda hoje, de uma área específica de Civilização Ibérica; na realização de projetos internacionais, ora em vigor, voltados para o período filipino no Brasil.⁶⁵ A UFF vem em segundo plano, pois o desenvolvimento de pesquisas sobre a Época Moderna é recente, datando dos anos 1990.

⁶¹ COSTA, **Cleonir Xavier da Graça**. *Receita e Despesa do Estado do Brasil no Período Filipino: aspectos fiscais da administração colonial*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

⁶² Respectivamente, **Sumaia T. Madi de Medeiros**. *O Uso Político do Mito Holandês no Governo de Carlos de Lima Cavalcanti*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002; e NASCIMENTO, Rômulo Xavier. *"Pelo Lucro da Companhia": Aspectos da administração no Brasil Holandês, 1630-1639*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

⁶³ Ajuizamento mais consistente deveria incluir as pesquisas realizadas na Universidade Federal Rural de Pernambuco, bem como os trabalhos defendidos nos programas de pós-graduação da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, regiões outrora inseridas na *Nova Holanda*, entre os anos 1630 e 1650. Limitamo-nos a citar uma tese que escapa à amostragem citada no texto: SILVA, Kalina Vanderlei. *Entre hidalgos e senhores de engenho: Monarquia católica espanhola e América açucareira portuguesa nos séculos XVII e XVIII*. Tese (Livre-docência). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

⁶⁴ OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo. *O encontro entre os guarani e os jesuítas na Província do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas terras de Ñezú*. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Como no caso dos programas do Nordeste, uma análise mais consistente do Rio Grande do Sul poderia englobar a produção de teses e dissertações da PUC-RS, sobretudo as dirigidas de Maria Cristina dos Santos sobre as missões jesuíticas na região guarani, nos séculos XVII e XVIII. Disponível em: <http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/30/2016/02/Rela%C3%A7%C3%A3o-das-Teses.pdf>.

⁶⁵ "O Brasil na Monarquia Hispânica. Cultura Política, Negócios e Missionação durante a União das Coroas Ibéricas e a Guerra de Restauração. 1580-1668". Convênio USP-Universidade de Salamanca vigente desde 2011, coordenado por Ana Paula Megiani.

Tempo dos Filipes: horizonte de pesquisa sobre o Brasil seiscentista

De todo modo, vai longe o tempo em que os historiadores brasileiros mal prestavam atenção à inflexão produzida pela governação filipina em nossa formação colonial. Exemplo definitivo dos avanços recentes encontra-se no livro *O Brasil na Monarquia Hispânica*.⁶⁶ O papel de Ana Paula Megiani parece decisivo, nesta empreitada, considerando o título da obra, idêntico ao de um projeto internacional que coordena, do lado brasileiro.

Encontramos, logo na introdução do livro, excelente panorama, redigido pelos organizadores, sobre a historiografia clássica e recente, incluindo historiadores portugueses, brasileiros, iberistas, hispano-americanistas, brasilianistas. Nos estudos específicos, encontramos novas fontes, com indicação de arquivos portugueses e espanhóis, para o estudo do período. Deparamo-nos com artigos sobre o transplante de instituições filipinas para o Brasil colonial em matéria administrativa, fiscal, militar; sobre os intercâmbios culturais luso-castelhanos, a nostalgia do rei, as leituras que os luso-brasileiros faziam no período; sobre as redes mercantis, sobretudo as operadas por cristãos-novos de *grosso trato*.

É certo que o livro em causa confirma a fragmentação da pesquisa histórica, cada vez mais especializada, não obstante ofereça ensaios interpretativos, com balanço do estado da arte sobre a governação filipina no Brasil e sobre o impacto da Restauração portuguesa de 1640 na política colonizadora. Também é certo que outros temas fulcrais mereceriam estudos monográficos, a exemplo da política indígena do Brasil no período filipino; o tráfico africano de escravos, incrementado exatamente neste período; o reforço militar das fortalezas litorâneas; a ação inquisitorial por meio das visitas, a começar pela de 1591-1595, quando o Santo Ofício lusitano era dirigido pelo sobrinho de Filipe II, o cardeal-arcebispo Alberto d'Áustria. Há fontes diversificadas, em arquivos ibéricos, para o estudo desses tópicos.

Mas *O Brasil na Monarquia Hispânica* contém ideias preciosas para a pesquisa sobre a colonização filipina na *América portuguesa*. Para citar apenas uma, destacamos a reflexão de Rodrigo Ricupero sobre um fato pouco tratado em nossa historiografia, embora insinuado por João Ribeiro e por Caio Prado Jr., não antes. Durante o período dos Avis, mercadores de outros países europeus enviavam navios para comprar produtos da colônia portuguesa. Naturais de outros reinos podiam estabelecer residência no Brasil, erigir engenhos escravistas, vender o açúcar neles produzido. As fontes inquisitoriais o confirmam, pois registram, no final do século XVI, alguns franceses, ingleses e holandeses que residiam havia décadas na Bahia e em Pernambuco,⁶⁷ investindo ou atuando na economia colonial.

⁶⁶ MEGIANI, Ana Paula et al. (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668)*. Novas interpretações. São Paulo: Humanitas, 2014.

⁶⁷ Ver: *Confissões da Bahia*, 1997. *Op. cit.*, introd., p. 5-33.

Voltando a Ricupero:

A liberdade de comércio vigente na colônia em quase todo o século XVI, as intensas relações mercantis entre Portugal e outras áreas europeias, em especial os Países Baixos, a incapacidade da marinha portuguesa em escoar a totalidade da produção contribuíram para a penetração de comerciantes estrangeiros nos negócios do açúcar, bem como a participação de embarcações estrangeiras no transporte entre o Brasil e a Europa.⁶⁸

Ricupero não sugere que a Coroa portuguesa não se beneficiava dos negócios do Brasil no tempo dos Avis. Beneficiava-se, é claro, em matéria fiscal e no comércio de mercadorias sob estanco, como o pau-brasil, sempre arrendado a particulares. Mas o fato notável é que o “exclusivo comercial” de que falou Fernando Novais, como peça de um *sistema colonial*, somente foi implantado no Brasil no tempo dos Filipes. Mesmo assim, como lembra Evaldo Cabral de Mello, o monopólio foi afrouxado durante a *Trégua dos Doze Anos*, entre a Espanha e os Países Baixos rebeldes, entre 1609 e 1621.

Nesse último ano, o conde-duque de Olivares, valido de Filipe IV de Espanha, imprimiu novos rumos à política dos Habsburgos na América, interrompendo a presença de navios estrangeiros na costa brasileira. Na outra banda, finda a trégua, os neerlandeses fundaram a *Companhia das Índias Ocidentais* (WIC): atacaram a Bahia em 1624 e conquistaram Pernambuco a partir de 1630.

Bastaria essa reflexão sobre a história do *exclusivo comercial* para reafirmar a importância crucial do período filipino nos dois primeiros séculos coloniais. Considerando, ainda, que o tráfico de escravos africanos para o litoral açucareiro cresceu exatamente na passagem do século XVI para o XVII - como Celso Furtado apontou, nos anos 1950,⁶⁹ e Stuart Schwartz provou, nos anos 1980⁷⁰ - a conclusão bem poderia ser a de que o sistema colonial “português”, na plenitude do modelo, foi montado pelos espanhóis, quando menos aperfeiçoado; ou, em uma chave mais radical, os portugueses esboçaram o *sistema*, os castelhanos o implantaram. Os primeiros, fiéis ao estilo feitorial de colonização, como disse Sérgio Buarque, mais preocupados com o comércio do que com o povoamento, empenhados em negociar e cobrar impostos em nome del rei; os segundos, ciosos do monopólio comercial, cientes de que o controle comercial e fiscal dependia da ocupação territorial e da ordenação do

⁶⁸ RICUPERO, Rodrigo. O Brasil e Filipe IV: uma aproximação. In: MEGIANI, Ana Paula et al. (Orgs.). *Op. cit.* p. 154.

⁶⁹ “O fato de que desde o começo da colonização algumas comunidades se hajam especializado na captura de escravos indígenas põe em evidência a importância da mão-de-obra nativa na etapa inicial de instalação da colônia. No processo de acumulação de riqueza quase sempre o esforço inicial é relativamente o maior. A mão-de-obra africana chegou para a expansão da empresa, que já estava instalada”. Ver: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. p. 18.

⁷⁰ “Na Bahia, os indígenas constituíram-se na principal fonte de braços durante **quase um século** (grifo nosso), e mesmo após sua substituição por africanos, ainda podiam ser encontrados nos engenhos ou em suas proximidades, na condição de trabalhadores forçados, assalariados ou camponeses.” Ver: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 40.

povoamento, da fundação de cidades, da interiorização, do transplante das instituições ibéricas de governo.

O controle frouxo do Brasil pelo reino português no período avulsivo foi substituído, a partir da União Ibérica, por um modelo colonizador vigoroso, inspirado na experiência castelhana no México e no Peru. Quando menos, Castela introduziu novas práticas de controle e mais não fez porque a Coroa sofreu diversos reveses, sobretudo na primeira metade do século XVII.

O balanço historiográfico aqui apresentado, embora não exaustivo, além de restrito à bibliografia brasileira, permite reforçar o estudo da colonização no período filipino como *problema* de investigação relevante, não apenas como acidente de percurso ou detalhe cronológico. Além disso, o período contém uma plêiade de questões específicas de grande alcance, algumas delas já estudadas, outras com pesquisa em curso, muitas por estudar. Estabelecer o nexo entre diversos temas do Brasil seiscentista com a governação filipina, entre fins do XVI e meados do XVII, não é questão de somenos. Pode iluminar aspectos decisivos desta fase de nossa história colonial.

Ronaldo Vainfas: Doutor pela USP em História Social (1988), pesquisador I-A do CNPq, cientista do Nosso Estado (FAPERJ), professor visitante da UERJ-FFP desde 2016, professor titular (aposentado) da UFF, onde ingressou como docente em 1978. Autor de livros e artigos sobre a história ibérica e ibero-americana na época moderna, entre os quais *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, contemplado com o Prêmio Jabuti no ano seguinte.